

DEFENDER E PROMOVER O ENSINO DA LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS NO ESTRANGEIRO

Governo PS ataca os direitos das Comunidades Portuguesas

A política do actual Governo evidencia-se pelo abandono e desprezo das comunidades portuguesas tendo como única preocupação o corte de despesas à custa do encerramento de consulados e que persiste com o ataque à rede de ensino. Esta obsessão economicista do Governo revela ausência de uma estratégia e de uma política externa de afirmação e projecção de Portugal no Mundo, coerente com o interesse nacional e das comunidades.

O GOVERNO PS NÃO RESPEITA A CONSTITUIÇÃO NEM AS LEIS DO PAÍS.

Constituição da República Portuguesa

O artigo 74.º da CRP diz que incumbe ao Estado “Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa”.

Lei de Bases do Sistema Educativo

O artigo 25.º, ponto 3 diz que “O ensino da língua e da cultura portuguesas aos trabalhadores emigrantes e seus filhos será assegurado através de cursos e actividades promovidos nos países de imigração em regime de integração ou de complementaridade relativamente aos respectivos sistemas educativos”.

No ponto 4 é dito ainda que “Serão incentivadas e apoiadas pelo Estado as iniciativas de associações de portugueses e as de entidades estrangeiras, públicas e privadas, que contribuam para a prossecução dos objectivos enunciados neste artigo”.

UMA POLÍTICA FALHADA

Para o PCP e os emigrantes não bastam as manifestações de contentamento pelo facto da Língua Portuguesa ser uma das mais faladas do Mundo. A questão fundamental é que políticas devem ser desenvolvidas para preservar e projectar esta realidade.

Para o PCP as Comunidades portuguesas podem contribuir para a afirmação de Portugal no Mundo, mas é fundamental que o Governo PS corrija as orientações, privilegiando a promoção e divulgação do ensino enquanto língua materna e não como língua estrangeira.

Os dados oficiais (cursos da responsabilidade do Estado português nos anos 2005/6 e 2006/7) confirmam, só por si, quanto tem sido errada a política do Governo PS:

O número de alunos:

- . ano lectivo 2005/6 – 56.449
- . ano lectivo 2006/7 – 54.155¹

¹ não são conhecidos números relativamente à África do Sul, mas em 2005/6 eram 3.838

O número de cursos:

- . ano lectivo 2005/6 – 3.248
- . ano lectivo 2006/7 – 3.208

O número de professores:

- . ano lectivo 2005/6 – 497
- . ano lectivo 2006/7 – 481

O orçamento para o Ensino de Português no Estrangeiro diminuiu:

- . 2006 – 41,4 milhões de euros
- . 2007 – 38,1 milhões de euros

OUTRAS PRIORIDADES, UMA OUTRA POLÍTICA.

O Governo do PS persiste no ataque aos serviços públicos essenciais, nomeadamente nas áreas da saúde e do ensino. Pondo em causa direitos sociais dos trabalhadores e do povo, o Governo encerra serviços públicos que são privatizados ficando entregues à lógica do lucro.

Também na emigração o Governo segue a mesma política de desresponsabilização. No ensino, aplica a orientação do Governo PSD-CDS/PP, que na altura o PS condenou, ou seja, privilegia a integração do ensino de português no currículo dos países de acolhimento em detrimento do desenvolvimento da actual rede da responsabilidade do Estado português. Sabendo-se que em países como França, Alemanha ou Holanda os respectivos governos têm vindo a reduzir o apoio ao ensino de línguas estrangeiras, nomeadamente ao português, é fácil concluir que esta não deveria ser a prioridade.

Entretanto, o Governo, descobriu um novo "remédio milagroso", a chamada Escola Virtual lançada em 2005 por uma editora



Manifestação em Dusseldorf, na Alemanha, em defesa do ensino - 16/9/2007

especializada em material escolar e com o envolvimento de um banco. Será um bom negócio para a editora e para o banco, mas os números divulgados pelo Governo quanto ao número de cartões de acesso vendidos – 3.311 – demonstram que esta medida por si só não resolve nenhum problema.

Mas a cruzada contra a rede do ensino atingiu também os professores que com a alteração do seu estatuto jurídico, para além de verem reduzidos direitos, passam a ser contratados anualmente.

Novo ano lectivo Problemas velhos

Começou o novo ano lectivo e já se confirmam algumas das previsões mais pessimistas:

Na **Alemanha**, cerca de 900 alunos já estão sem aulas ou em risco de ficarem sem escola portuguesa.

Na **Bélgica** teme-se, que mais de 20 alunos fiquem sem aulas.

Tudo indica que tal como no ano lectivo 2006/07 haverá grandes atrasos no começo das aulas (houve países com aulas a começar em Janeiro deste ano) devido ao atraso na colocação de professores.

Uma situação que se repete de ano para ano com o ME a negar a evidência e refugiando-se em declarações vagas e não conformes com a realidade. Atrasos que se explicam pelo facto de só em 19 de Julho ter sido oficialmente aberto o concurso para colocação de professores.

Acresce ainda que, o Governo em vez de aumentar o número de professores prepara-se, mais uma vez, para preencher vagas sobrecarregando os horários dos professores já contratados.

O PCP defende:

Um programa de promoção, expansão e qualificação do ensino da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro



Conferência de imprensa, Lisboa - 9/8/2007

O PCP defende que a aposta na promoção do ensino do português junto dos filhos dos emigrantes é uma opção estratégica que não deve ser encarada como uma despesa, mas como um investimento e apresentou na Assembleia da República um Projecto de Resolução que visa a

criação de um *Programa de promoção, expansão e qualificação do Ensino da Língua e da Cultura Portuguesas no estrangeiro*, centrado em 22 medidas, entre as quais:

- Um investimento financeiro adequado que permita cumprir a legislação.
- Uma efectiva articulação dos vários Ministérios que intervêm nesta área (Educação, Negócios Estrangeiros, Cultura, Ciência e Ensino Superior), para melhor rentabilizar os meios materiais e humanos, na perspectiva de mais e melhor promoção da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro;
- O apoio aos órgãos de comunicação social de língua portuguesa publicados ou emitidos no estrangeiro;
- O apoio aos vários projectos e cursos existentes, de Língua e Cultura Portuguesas, com provas dadas, quer seja nos regimes integrados ou paralelos, quer seja por entidades privadas ou do movimento associativo;
- A colocação, por concurso, dos coordenadores do ensino no estrangeiro.



Lusodescendentes promovem a cultura portuguesa, manifestação em Paris - 18/3/2007

